



MULHER E AS RELAÇÕES TRABALHISTAS: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO PRECONCEITO

Ellen Aurea KAROLLINA HETWER (UNEMAT- NEAD.AIA)
Paulo Cesar TAFARELLO (UNEMAT – PPGL – UNEMAT – NEAD-AIA)

Resumo

A mulher tem ganhado cada vez mais presença no mercado de trabalho, ocupando espaços outrora exclusivos do homem. Apesar dessa maior presença no mercado de trabalho, ainda há uma desigualdade a respeito do modo como a presença da mulher nas empresas é encarada, sobretudo quanto à diferença salarial. Apresenta-se dados que expõem a dissonância salarial entre homens e mulheres de mesma faixa etária e nível de instrução. As justificativas para essas diferenças são as mais diversas, mas entende-se que, apesar de muitas possuírem “novas roupagens” discursivas, ainda se constituem a partir de práticas discursivas antigas, que constituem a mulher de maneira inferior ao homem. Outras não precisam se revestir dessas novas roupagens, como pode-se perceber em uma declaração do Deputado Federal Jair Bolsonaro, afirmando que as mulheres deveriam receber menos porque tem direito a licença maternidade e isso acarretaria na produtividade da empresa. Interessa compreender como são produzidos os sentidos de mulher nas formações discursivas ligadas ao trabalho, principalmente quando esses sentidos são produzidos a partir de questões misóginas. No desenvolvimento deste trabalho, a análise foi pautada na perspectiva teórica da Análise do Discurso de Linha Francesa, embasando-se principalmente em Eni Orlandi e Michel Pêcheux, e o *corpus* constituído a partir de notícias postadas na mídia, constituindo a análise em dois discursos: o discurso de negação e o feminismo como “causa da diferença”.

Palavras-chave: Mulher, Análise do Discurso, Trabalho.

Abstract

The woman has gained more and more presence in the labor market, occupying spaces once exclusively of the man. Despite this greater presence in the labor market, there is still an inequality regarding the way in which the presence of women in companies is seen, especially regarding the wage gap. In some cases, women receive lower wages than men to perform the same services, as well as the substantially lower number of women occupying higher-level posts in companies than men, by subjecting them to advisory and/or second echelon. It presents data that expose the wage dissonance between men and women of the same age group and level of education. The justifications for these differences are the most diverse, but it is understood that, although many have "new clothing" discursive, they are still formed from old discursive practices, which constitute woman in a way inferior to man. Others do not need to put on these new clothes, as one can see in a statement by Federal Deputy Jair Bolsonaro, stating that women should receive less because they are entitled to maternity leave, and this would result in the productivity of the company. It is interesting to understand how the meanings of woman are produced in discursive formations linked to work, especially when these senses are produced from misogynistic questions. In the development of this work, the analysis was based on the



theoretical perspective of the Discourse Analysis of French Line, based mainly on Eni Orlandi and Michel Pêcheux, and the *corpus* constituted from news posted in the media, constituting the analysis in two discourses: the discourse of denial and the feminism as "cause of difference".

Keywords: Woman, Discourse Analysis, labor.

INTRODUÇÃO

A mulher por muitos anos foi negligenciada ao acesso à educação quando comparada ao homem. Tratada como um “objeto”, tendo como única função social a reprodução da prole e cuidar do lar. A mulher era condicionada para servir ao homem. “Quando solteira vivia sob a dominação do pai ou do irmão mais velho, ao casar-se, o pai transmitia todos os seus direitos ao marido, submetendo a mulher à autoridade deste”. (MIRANDA, 2010, p.5).

A partir de meados do século XIX, após a segunda revolução industrial, que a mulher desenvolve autonomia social e consegue aumentar o seu espaço na sociedade, abandonando à figura de mera dona de casa e assumindo postos de trabalho, cargos importantes em empresas e estruturas hierárquicas menos submissas.

Com a Revolução industrial (século XIX), “os homens iam para as guerras e as mulheres (esposas) assumiam o papel do marido, tomando as responsabilidades da família”. (OST,2009). Com isso, muitas delas iam trabalhar em indústrias, visto que isso antes era apenas local de serviço para os homens. Desde então, a mulher vem ganhando destaque e lugar no mercado de trabalho.

Apesar de uma maior presença no mercado de trabalho, ainda há uma desigualdade no que se refere aos diferentes gêneros, em especial quando observamos as diferenças salariais. A mulher, em muitos perfis familiares, acumula tanto as funções trabalhistas quanto as domésticas e até as maternas, ficando, muitas vezes, sobrecarregadas.

O número de mulheres ocupando cargos de nível superior nas empresas, e o salário ainda é visto como proporcionalmente menor (desigual) do que o dos homens na sociedade atual.



Para a realização desse trabalho sustentaremos nossa análise em fundamentos da Análise do Discurso de linha Francesa (doravante AD) embasando-nos principalmente em Eni Orlandi e Michel Pêcheux, no qual, pretendemos enfatizar a evolução da mulher no mercado de trabalho, e as diferenças salariais entre homens e mulheres ocupando um mesmo cargo.

Assim, escolhemos o tema: “Mulher e as relações trabalhistas: a construção discursiva do preconceito”, por se tratar de um assunto bastante presente nos dias atuais, que envolvem grandes marcos, como, a conquista da independência da mulher, embora ainda há muito o que avançar. Entendemos que a mulher vem atualmente, aumentando a cada dia mais sua presença no mercado de trabalho, ocupando espaços que antes eram exclusivos do homem. Entendemos que essas diferenças se dão a uma construção discursiva de inferioridade da mulher, muitas vezes “justificadas” pela construção de uma imagem a mulher a partir do discurso machista.

Vale ressaltar que uma das principais reivindicações dos movimentos feminista e sindical é a existência de relações trabalhistas desiguais ente homens e mulheres. Percebemos que, historicamente, as mulheres são relegadas a cargos de assessoria (secretárias, adjuntas, etc.) ou mesmo quando ocupando o mesmo cargo que o homem, recebem salários inferiores. Interessa-nos compreender como são produzidos os sentidos de mulher nas formações discursivas ligadas ao trabalho, principalmente quando esses sentidos são produzidos a partir de questões misóginas. É em função do aumento da circulação desses discursos misóginos que se pauta a relevância desse projeto.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho consiste em analisar os discursos formulados e circulados que sustentam/ justificam as diferenças salariais e de carreira entre homens e mulheres ocupando o mesmo cargo, de forma a depreender os discursos sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, observando os discursos acerca da competência profissional da mulher em relação ao homem e analisar os discursos acerca da necessidade financeira da mulher.



1. 1 –MULHER – UMA BREVE HISTÓRIA DE CONQUISTAS

Sabe-se que desde a antiguidade a mulher era vista pela sociedade como um “objeto”. Miranda (2010), relata que a mulher “Quando solteira vivia sob a dominação do pai ou do irmão mais velho, ao casar-se, o pai transmitia todos os seus direitos ao marido, submetendo a mulher à autoridade deste. A mulher nada mais era do que um objeto”. (MIRANDA, 2010, p.5).

Segundo Vrissimitzis, (2002) além de a mulher se tornar propriedade do marido, o mesmo também teria acesso sobre a parte que a mulher (filha) tinha como direito de herança, como por exemplo: um pedaço de terra, ou alguma propriedade, uma vez que ela não poderia tomar posse da herança, pois não tinha esses direitos. Sendo assim, “a “herdeira” era obrigada a se casar o mais breve possível com o parente mais próximo por parte de pai, geralmente com um primo ou um tio, a fim de que a herança (a terra) permanecesse com a família”. (VRISSIMTZIS, 2002, p.34).

Tratadas de modo diferente aos homens, as mulheres nasciam e eram educadas para serem “parte” do lar. Eram submetidas a serem donas de casa e principalmente ao papel de ser mãe, pois, segundo Vrissimtzis, “ e quanto ao papel de mãe, podemos dizer que ele constituía o objetivo de toda mulher. Era, de fato, o propósito da existência desta”. (VRISSIMTZIS, 2002, p. 33). Ou seja, a mulher não poderia exercer outras funções, a não ser a de filha, esposa e mãe.

O casamento na Grécia antiga, representava para as pessoas da época que, ao ter filhos do sexo masculino manteriam a linhagem (continuação) da família. Subsequente, o casamento também poderia ser realizado para que duas famílias poderosas e suas fortunas se reunissem a fim de proteger os mesmos interesses.

Visto que nos séculos passados o casamento era mais um “negócio”, devido aos bens e interesses que estavam em jogo, os pais que escolhiam e arranjavam os casamentos para os filhos. Mas se o pai estivesse ausente, quem ficava responsável por isso era algum parente masculino mais próximo.

Em algumas culturas, quando a mulher ficava viúva, a sua posse passava para a família do pai do marido falecido. Ou se o marido morresse e não tivesse deixado filhos, a mulher deveria se casar com o irmão do seu falecido, ou outro homem da mesma



família. A Bíblia Sagrada nos mostra isso no Novo Testamento, no livro de Mateus, capítulo 22, versículo 24: “Mestre, Moisés disse que se um homem morrer sem deixar filhos, seu irmão deverá casar-se com a viúva e dar-lhe descendência”.

Era negado a mulher o direito de sair de casa e ter contato com a sociedade. As únicas ocasiões que elas poderiam sair era no caso de alguma reunião religiosa ou familiar, e mesmo assim sempre estavam acompanhadas.

Sobre os direitos que as mulheres tinham nessa época (Grécia Antiga), ou melhor dizendo, não tinham, estavam sempre sobre o poder do homem, não tinham direito de possuir ou vender alguma propriedade, votar, trabalhar (só em casa) e estudar. Nesse último, VRISSIMTZIS (2002), aborda que as mulheres não recebiam educação formal, mas aprendiam com a mãe ou com uma serva atividades referentes para administrar um lar, além de que em alguns casos aprendiam a ler e escrever. Entretanto isso só acontecia com as famílias de classe alta.

A partir do século XIX, começam algumas mudanças, principalmente no ensino (educação) entre homens e mulheres. Deste período em diante, a mulher passa a ser vista sob novas percepções. Miranda (2010) salienta que a chegada da corte Portuguesa ao Brasil trouxe a abertura de algumas escolas não religiosas, onde as mulheres tinham a oportunidade de estudar. Todavia, os estudos eram restritos aos conhecimentos dos trabalhos manuais, domésticos e do idioma português, de Portugal, a nível do antigo primário. Lembrando que existiam escolas para homens e mulheres, ambos não podiam se misturar. Como afirma a autora Miranda (2010):

Com a Constituição brasileira de 1824 surgiram escolas destinadas à educação da mulher, porém, ainda, voltadas a trabalhos manuais, domésticos, cânticos e ensino brasileiro de instrução primária. Ainda era vedado que as mulheres frequentassem escolas masculinas, vedação esta que tinha dois motivos básicos, quais sejam, em primeiro lugar o convívio entre homens e mulheres, que para a igreja, poderia provocar relacionamentos espúrios, e, em segundo lugar porque sendo a instrução dada aos homens em nível mais elevado, não poderiam mulheres frequentar as mesmas escolas. (MIRANDA, 2010, p. 7).

Embora as mulheres tenham conquistado o direito de frequentar a escola, ainda existiam muitas desigualdades em relação aos homens. Por exemplo: elas não podiam frequentar uma faculdade, isso era direito apenas garantido aos homens. Só no início do



século XX é que foi permitido ao sexo masculino e feminino frequentarem e estudarem juntos em uma mesma escola.

Sobre a questão do voto feminino, desde a Grécia Antiga, o voto era vetado para as mulheres. Apenas aos homens era concedido o direito ao voto. Além disso, o direito ao voto só foi possível e consumado às mulheres no ano de 1893, em Nova Zelândia, considerado o primeiro país a autorizar o voto feminino. Contudo, antes de alcançarem essa conquista, é de grande importância ressaltar que “A luta pelo voto feminino foi o primeiro passo a ser alcançado no horizonte das feministas na era pós-Revolução Industrial.” (MIRANDA, 2010, p. 8).

É importante lembrar que foram criados grupos de movimentos feministas em vários países, inclusive no Brasil, onde as mulheres reivindicavam pelos seus direitos. Para poderem exercer seu papel na sociedade, foi criado um movimento chamado de O sufrágio feminino. Como Maria Bernadete Miranda descreve em seu artigo, este “foi um movimento social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o direito de votar às mulheres. Participaram do sufrágio feminino, mulheres e homens, denominados sufragistas”. (MIRANDA, 2010, p. 8).

No Brasil, o primeiro estado brasileiro a conceder o voto à mulher foi o Rio Grande do Norte, em 1927, pela eleitora, Celina Guimarães Viana, que se baseou no texto constitucional do estado que mencionava o direito ao voto sem distinção de sexo. Mas, em uma primeira eleição realizada e que as mulheres puderam votar, “seus votos foram anulados por decisão da Comissão de Poderes do Senado Federal, em 1928, sob a alegação de que era necessária uma lei especial a respeito”¹.

Foram tentadas inúmeras vezes sem êxito uma emenda na Constituição da legislação eleitoral que garantisse direitos políticos às mulheres. Até que em 1929, segundo o site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) foi eleita a primeira mulher prefeita do Brasil e da América Latina, Luíza Alzira Soriano Teixeira, mais conhecida como Alzira Soriano, que aos 32 anos de idade disputou o cargo na cidade de Lajes, no interior do estado do Rio Grande do Norte, ganhando a eleição com 60% dos votos.

¹ A CONQUISTA DO DIREITO AO VOTO FEMININO). Disponível no site POLITIZE. **A conquista do direito ao voto feminino.** Disponível em < <http://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. > Publicado por Marcela Tosi. Acesso em 10 de julho de 2017



Porém, somente no dia 24 de fevereiro de 1932, o então presidente da república Getúlio Vargas, assinou a lei que permitia o direito do voto feminino. Assim, no ano seguinte, as brasileiras puderam contribuir na escolha dos seus candidatos para a Assembleia Constituinte em todo o país, mas o voto ainda era opcional para as mulheres. Foi somente com a Constituição de 1934 que o direito feminino ao voto se tornou obrigatório. Anos mais tarde, em 1996, o Congresso Nacional estabeleceu o sistema de cotas na Legislação Eleitoral, em que a presença da mulher era obrigatória dentro do partido político num percentual de no mínimo 20%.

2- O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

A trajetória da mulher no ingresso ao mercado de trabalho começa a ganhar força com a chegada da I e II Guerras Mundiais (1914 - 1918, 1939 – 1945). Os homens partiam para a guerra com o intuito de defender seu país deixando esposas e filhos em casa. Neste período a indústria necessitava de muita mão-de-obra e mais barata para aumentar os lucros. E para não passarem fome ou necessidades as mulheres ficaram na responsabilidade de dar continuidade aos negócios dos seus maridos, assumindo as suas funções no trabalho. Este seria um grande avanço no mercado de trabalho e um desafio para as mulheres, uma vez que nem sequer tinham conhecimento dos assuntos e trabalhos de seus maridos e mesmo assim foram à luta.

Logo após o fim da guerra, muitos homens morreram nas batalhas e outros ficaram incapazes de voltar ao trabalho. A partir de então é que começam a mudar algumas coisas relacionados a homens e mulheres no mercado de trabalho. Houve um grande aumento da participação feminina na procura por emprego e ocupação.

Os trabalhos realizados pelas mulheres durante e pós-guerra eram mais manuais. Porém, com o desenvolvimento tecnológico e da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas. Em consequência disso, ao longo dos anos as mulheres foram ganhando espaço em outras áreas diferentes dos já tradicionais espaços que ela ocupava como empregadas domésticas, babás, professoras, comerciantes, secretárias, vendedoras e sem esquecer do trabalho na zona rural que elas também realizavam.



Em 1943, no dia 1º de maio, foi criada no Brasil a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A CLT foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, e aprovada pelo presidente Getúlio Vargas. O objetivo dessa lei é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho masculinas e femininas, protegendo os trabalhadores da área urbana e rural. A CLT, destaca um único capítulo (capítulo III) para assegurar medidas de proteção à mulher no mercado de trabalho, como proteção à maternidade, jornada de trabalho, entre outros.

Com relação ao aspecto salarial para a CLT, no artigo 377, diz que “A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário”. Ou seja, o que podemos discernir com essa lei é que a mulher não pode ter salário menor ou inferior ao do homem.

Outro fator importante que aconteceu na luta dos direitos da mulher no Brasil ocorreu em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada. Este estatuto daria o direito do livre exercício de profissão da mulher casada permitindo que esta ingressasse livremente no mercado de trabalho, aumentando a importância da mulher nas relações de poder no interior da família. Contudo, sendo o chefe da casa, o homem ainda tinha um grande poder sobre a família.

3 – O DIREITO QUE NEM SEMPRE SAI DO PAPEL

Miranda (2010) cita em seu artigo a lei da Constituição Federal de 1988 o qual afirma no artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”. Sabemos que na prática isso não se torna real. Apesar dos avanços da mulher na sociedade e de hoje elas terem grande participação na sociedade e no mercado de trabalho, há ainda diferenças salariais entre homens e mulheres.

Por isso, tentaremos mostrar através de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que junto a versão da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que publicada em 2012, apresenta uma análise da situação



das mulheres no mercado de trabalho, comparando a dos homens. O estudo apresenta os percentuais de alguns fatores como: a jornada de trabalho, salários, escolaridade e ocupações de cargos entre homens e mulheres nos anos de 2003 e 2011.

Antes de expormos os dados do estudo, começemos por explicar o que é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME),

(...) “implantada em 1980, “produz indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Trata-se de uma pesquisa domiciliar urbana realizada através de uma amostra probabilística, planejada de forma a garantir os resultados para os níveis geográficos em que é realizada”. (IBGE, 2012).

Em 2006, a PME foi substituída pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).

Na participação da população ocupada com 11 anos ou mais de estudo, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (2003 e 2011), conforme dados do IBGE (2012), o crescimento da escolaridade feminina tem aumentado nos últimos anos e se manifestado nos diversos setores da atividade econômica. Um exemplo é o comércio, onde, em 2003, as mulheres com 11 anos ou mais de estudo ocupadas nessa atividade totalizavam 51,5%, enquanto os homens com a mesma característica alcançavam 38,4%. Em 2011, os percentuais de participação alcançados por elas foram superiores aos dos homens em praticamente todos os grupamentos de atividade. A exceção ocorreu na indústria, onde o crescimento deles foi maior em 1,7 ponto percentual.²

Esses dados mudam conforme a participação da população ocupada com nível superior completo. A presença feminina com nível superior teve destaque para a construção (atividade majoritariamente desenvolvida do sexo masculino). No entanto, apesar do predomínio de homens, a proporção de mulheres que possuíam nível superior foi bem mais elevada que a deles: 28,6% das mulheres e 4,7% dos homens ocupados na construção em 2011.³

Já na distribuição da população que ocupava o setor público, a pesquisa do IBGE (2012) mostra que em 2003, as mulheres ocupavam 53% contra 47% dos homens.

² IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011

³ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011



E em 2011, a porcentagem das mulheres aumentou em 55,3%, e a dos homens caiu para 44,7%.

No que diz respeito a homens e mulheres ocupados com carteira de trabalho assinada, os resultados do estudo IBGE (2012) mostraram que dentre as mulheres ocupadas na indústria, nos serviços domésticos e nos outros serviços, a posse da carteira de trabalho assinada era inferior a verificada entre os homens. No caso da indústria, a diferença em 2003 era de 17,0 pontos percentuais (49,7% mulheres e 66,7% homens); em 2011 foi de 19,7 pontos percentuais (57,1% mulheres e 75,0% homens).

Sobre o rendimento médio real de trabalho entre os gêneros masculino e feminino, o IBGE (2012), destaca que em 2011 o rendimento médio do trabalho das mulheres foi de R\$ 1.343,81, 72,3% do que recebiam os homens (R\$ 1.857,63). Esses valores indicam uma evolução no rendimento em relação ao ano de 2003, quando a remuneração média das mulheres foi de R\$ 1.076,04. Entretanto, pelo terceiro ano consecutivo o rendimento feminino mantém a mesma proporção (72,3%) em relação ao rendimento dos homens, em 2003 as mulheres recebiam 70,8% do que recebia, em média, um homem. Entre 2003 e 2011, o rendimento do trabalho das mulheres aumentou 24,9%, enquanto que o dos homens apresentou aumento de 22,3%.

As estatísticas da pesquisa apresentadas acima, deixam claro que sempre houve diferenças entre os gêneros e que essas diferenças se materializam muitas vezes, em diferenças salariais. Mesmo assim, nota-se um grande aumento do papel feminino nos diversos espaços entre os anos de 2003 a 2011.

A mulher leva uma dupla jornada. Além do trabalho fora de casa, se dedica aos filhos, ao marido, aos serviços domésticos no seu próprio lar, e ainda tira um tempo para cuidar de si mesma. Sua presença no mercado de trabalho tem aumentado cada vez mais. Os cargos de gerência e direção nas empresas tem se tornado maior em vista de anos anteriores. Além de ter aumentado também o número de mulheres que se tornam chefes de família.

O número de mulheres que adiam a maternidade para se realizarem profissionalmente (carreira de trabalho) e realizarem outros projetos de vida também tem aumentado nos últimos anos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003 a 2013, houve um aumento de 14,5% para 19,4% o número



de mulheres que tiveram filhos com 30 a 34 anos de idade; enquanto o número de mães com 20 a 24 anos caiu de 30,9% para 25,3%; já, com 15 a 19 anos passou de 20% para 17,7%.

Como divulgado no site do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, segundo um estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Brasil apresenta um dos maiores níveis de disparidade salarial. No país, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade, nível de instrução, tipo de emprego ou de empresa.

As justificativas que definem a menor proporção dos salários e o porquê são as mais diversas. Em 2014, o jornal Zero Hora entrevistou o Deputado Federal Jair Bolsonaro, onde o mesmo afirma que as mulheres devem receber menos porque engravidam. Segundo o Deputado, entre um homem e uma mulher, o empregador escolherá contratar o homem, pois a mulher pode engravidar, e resultante disso vem a licença maternidade e outras leis trabalhistas que a mulher tem direito. E isso acarretaria no atraso da produtividade da empresa.

Enfim, percebemos que mesmo com a invasão das mulheres do mercado de trabalho, a discriminação entre os sexos ainda persiste. Mesmo assim, houve um grande progresso no universo feminino. O que antes era impossível às mulheres, tornou-se realidade. Vindas de uma cultura e sociedade onde só os homens tinham voz e direito, passaram de meras donas de casa, às ocupações de cargos importantes nas empresas, cargos e profissões que antes eram destinadas somente aos homens. Essas mudanças favoreceram não só na inovação do mercado, mas principalmente na autoconfiança, determinação, independência financeira e coragem na mulher para assumir riscos em seus projetos de vida e empreendedorismo.

4. A ANÁLISE DO DISCURSO COMO BASE TEÓRICA

Esse trabalho tem como base teórica a Análise de Discurso (AD) de linha teórica francesa, surgida na década de 60 pelo fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso, Michel Pêcheux.



A pesquisadora e professora Eni de Lourdes Puccineli Orlandi, foi a introdutora da Análise de Discurso no Brasil, no final dos anos 70. De acordo com Orlandi (2015) a AD surge nos anos 60 como resultado da articulação de três áreas do saber: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise e que representam uma ruptura teórica com o século XIX. As três grandes rupturas que acontecem com o surgimento da AD são: Linguística- A língua não é transparente: Materialidade da língua. Marxismo- A história não é transparente ao homem: Materialidade da história. Psicanálise- O homem não é transparente nem para si mesmo: Opacidade do sujeito.

Para a Análise de Discurso, há muitas formas de se significar, é a partir de então que ela (AD) se origina. Segundo Eni Orlandi:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2015, p. 13).

É importante destacar que “a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas” (...). (ORLANDI, 2015, p. 13-14). Ou seja, a AD analisa a língua em curso, buscando entender os sentidos que o sujeito produz na sociedade. Seu principal objetivo é explicar como um texto produz sentido.

A AD trabalha a relação entre língua, discurso e ideologia. Como refere Orlandi (2015), essa relação se dá pelo fato de que, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. (ORLANDI, 2015, p. 15). A Análise de Discurso considera a linguagem como mediadora entre o homem e a sociedade, e essa mediação é o próprio discurso. E ao analista cabe observar os sentidos que nascem dos discursos.

Desse modo, para entendermos melhor sobre a Análise de Discurso e seu funcionamento, Eni Orlandi apresenta em seu livro intitulado: “Análise de Discurso- Princípios e Procedimentos”, abordagens do surgimento da Análise de Discurso e de



alguns aspectos como: discurso, sujeito, sentido, esquecimentos, paráfrase, polissemia, formação imaginária, formação discursiva, entre outros.

Segundo Orlandi (2015, p.20), o discurso é o efeito de sentidos entre locutores. “O discurso é o lugar de observação do contato entre a língua e a ideologia, sendo a materialidade específica da ideologia o discurso e a materialidade específica do discurso, a língua”. (ORLANDI, 2012, p. 86).

O discurso tenta definir como a linguagem juntamente com a ideologia se unem. O mesmo faz parte de uma prática, não só de representação, mas de significação do mundo. Assim, pode-se entender que o discurso é o próprio objeto de estudo da Análise de Discurso, e que, os diferentes discursos representam simbolicamente.

No que diz respeito ao sujeito, para a Análise de Discurso, o mesmo, é o resultado da vinculação entre história e ideologia. O sujeito faz parte da relação com o outro, é definido tanto por seu lugar individual num determinado momento de sua enunciação, quanto por sua exterioridade. É também construído a partir do discurso. Ele assume identidades diferentes em vários e determinados momentos. Isso acontece pela história que o atravessa, o que faz com que ele só tenha acesso a aquilo que diz. “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. (ORLANDI, 2015, p. 44).

Já a questão de sentido é considerada como fundamental para a Análise de Discurso. A autora Orlandi salienta que “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc)”. (ORLANDI, 2012, p. 12). Os sentidos estarão sempre disponíveis para a possibilidade de diferentes interpretações entre os que o recebem, pois, os sentidos não são exatos e sim diferentes. Em suma, nós produzimos sentidos em cima dos valores colocados pela sociedade.

Sobre as Formações Imaginárias, estas são definidas a partir de que, não são somente os sujeitos e seus lugares que tomam parte e/ou funcionam no discurso, mas suas imagens que derivam de projeções, e como destaca Orlandi “São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso”. (ORLANDI, 2015, p. 38).



O imaginário não surge do nada - sendo um funcionamento da linguagem, ele faz parte de todo um processo histórico que estão inseridas em nossa sociedade. E é por causa disso que a análise é importante, pois, segundo Orlandi “com ela podemos atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito”. (ORLANDI, 2015, p. 40).

A Formação Discursiva (FD), determina o que pode e deve ser feito (dito). Ela mostra como é o processo de produção dos sentidos historicamente, e como se dá o funcionamento do discurso, tentando mostrar por exemplo, o que um grupo social pensa e/ou justifica sobre determinadas palavras ou assuntos da sociedade. A formação discursiva representa no discurso a ideologia. Assim, Orlandi explica que, “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes”. (ORLANDI, 2015, p. 42).

Em seguida, temos o caso do interdiscurso ou memória discursiva que são um conjunto de concepções criadas (faladas) e já esquecidas que definem o que dizemos, ou seja, o dizer já dito. Portanto,

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (...) O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. (ORLANDI, 2015, p. 30).

Orlandi (2015) observa que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, sendo eles o interdiscurso e o intradiscurso. “ O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação dada”. (ORLANDI, 2015, p. 29). Enquanto que “o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas”. (ORLANDI, 2015, p. 31). Em outras palavras, segundo Orlandi, interdiscurso é o saber discursivo que temos. E o intradiscurso, é discurso que opera sobre si próprio, caracterizado por possuir dois traços distintivos: o pré-construído e a articulação.



Acerca dos esquecimentos, Orlandi (2015) aponta que há duas formas de esquecimento no discurso e esses esquecimentos são repetições do que já foi dito.

Começemos pelo esquecimento número dois, que é o da enunciação:

Ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. (...). Mas este é um esquecimento parcial, semiconsistente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos. (ORLANDI, 2015, p. 33).

O outro esquecimento é o de número um, ou esquecimento ideológico. Para Orlandi (2015):

“(...) ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos”. (ORLANDI, 2015, p. 33).

Assim, quando nascemos, os discursos já estavam em andamento, eles não nascem em nós, é a partir de então que entramos nele. Por isso, não inventamos discursos, não inventamos dizeres, todos já foram falados.

Outros dois grandes aspectos da Análise de Discurso, são a Paráfrase e a Polissemia. A paráfrase, resumidamente, significa formas diferentes de se dizer alguma coisa (o mesmo). Para a autora, “A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”. (ORLANDI, 2015, p. 34). Todavia, a polissemia, é a possibilidade de dizer alguma coisa com sentidos diferentes, um determinado enunciado poder ter vários sentidos. Orlandi afirma que “na polissemia o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação”. (ORLANDI, 2015, p. 34).

2. 5 – ANÁLISE

3. 5.1 – A abordagem metodológica

Rodrigues (2011) considerando a questão do método em Análise do Discurso aponta para o fato de que:



Se for possível pensar uma questão metodológica específica para a Análise do Discurso, talvez seja necessário retomar ou pensar de forma geral a questão da metodologia para as Ciências Humanas como um todo. Há, no mínimo, dois motivos que seria interessante levantar: a questão do método e a questão do objeto. (RODRIGUES, 2011, p. 43).

Nesse sentido, Rodrigues (idem, p. 47) afirma ainda que a questão do método e a do objeto, em alguma medida se relacionam uma vez que “as considerações feitas sobre o objeto valem para o método, pois, a ‘simples escolha’ entre um e outro método, revela questões diferentes do objeto”. Assim, diz esse autor, o recortar um objeto vai de encontro “às propriedades dele que se apresentam como querendo “dizer” algo de suas especificidades” (idem, ib).

O percurso proposto por Rodrigues (2011) inicia-se com a definição do objeto e objetivos, seguindo-se a coleta do corpus, sua seleção e agrupamento e formações discursivas que encaminharão e determinarão o encaminhamento da análise. O *corpus* em questão foi constituído através da busca de manifestações individuais nas redes sociais em relação às notícias ligadas às diferenças salariais entre homens e mulheres. Dessa forma, nosso interesse está nos discursos dos sujeitos leitores acerca dos fatos expostos a essas notícias, procurando observar de que forma esses sujeitos produzem sentidos acerca das diferenças salariais entre homens e mulheres. O corpus foi organizado no anexo I de forma livre (enunciados coletados) e organizada (enunciados agrupados em discursos).

A seleção das postagens foi feita a partir do mecanismo de busca do Facebook com os termos “diferença salarial entre homens e mulheres” e no resultado que se apresentou optou-se por outro recorte – o de publicações realizadas por jornais ou revistas. A partir desse recorte optou-se ainda por utilizar publicações que dissessem respeito a essa situação no Brasil e que tivessem comentários. Dessas, selecionamos duas notícias: A primeira, publicada pela revista Superinteressante com o título *O que significa, na prática, a diferença salarial entre homens e mulheres*, trata dos bens de consumo que homens e mulheres conseguem comprar a partir da faixa salarial que possuem trabalhando na mesma função. A segunda, do jornal O Globo, com o título



Diferença salarial entre homens e mulheres ainda persiste. Os comentários a essas duas notícias é que constituem o *corpus* dessa pesquisa.

4. 5.2 – ANÁLISE – DISCURSO DE NEGAÇÃO

O que percebemos inicialmente é que há a presença de um discurso que nega as informações trazidas pela reportagem. Que se pese que em ambas reportagens – tanto do Globo quanto da Superinteressante exista a informação de que se trata de uma comparação entre salários relativos ao mesmo cargo e mesma formação,

(...) você, mulher pode trabalhar o mesmo que um homem, mas não vai conseguir comprar as mesmas coisas que ele com o seu salário. SUPER

Se a remuneração recebida por ambos os sexos por anos de estudo são comparadas, observa-se que elas podem ganhar até 25,6% menos do que seus colegas do sexo masculino em condições semelhantes, disse que o instituto regional. (O GLOBO)

(...) na média, mulheres ganham 75% do que os homens ganham, pela mesma função. SUPER

Essa informação não é reconhecida por boa parte dos leitores que utilizam esse argumento (de que a diferença se daria em função de ocupações ou formações diferentes) para descaracterizar as informações da reportagem e por extensão a pesquisa sobre a qual a reportagem se baseou.

(01) (...)Números tendenciosos, compare mesma profissão, mesma carga horária para ver que esses números não se repetem...

(04) Sério Super?. Aponte a empresa que tem uma tabela salarial diferente para homens e mulheres? Nunca conheci uma empresa que levasse em conta a diferença salarial apenas pelo gênero, isso não existe. Ainda estou aguardando um estudo SÉRIO onde será levado em questão mesmo cargo, mesma carga horária e mesmo tempo de casa, de resto é só falácia do movimento feminista.

(06) Quero que alguma baby feminista me aponte no seu trabalho ou em alguma firma e indústria aonde os homens e mulheres exercendo o mesmo cargo ,as mulheres ganham menos,



(07) No mesmo emprego? Isso é a pior idiotice, so na minha familia, tenho 12 tias todas ganham mais que seus maridos. Fora as pessoas de fora que conheço, e até as pesquisas salariais q faço, em cada profissão o salário é o mesmo pra ambos os sexos, agora comparar profissões diferentes, e tendo em vista que a maioria das mulheres procuram profissões não tão bem pagas como os homens. (SUPER)

(09) E tem gente que ainda acredita ... Se as mulheres recebem menos para desempenhar a mesma função do homem porque diabos as empresas ainda contratam homens? Essas pesquisas apelam para o emocional, querem comparar o salário de uma professora com um engenheiro, de uma secretária com um médico, façam a comparação verdadeira, dentro de uma mesma empresa entre pessoas que desempenham a mesma função, pegue uma mulher que é engenheira e compare o salário dela ao salário de um engenheiro, uma médica com um médico, e não entre profissões, assim fica fácil falar que homem ganha menos também, vamos comparar o salário de um ajudante de pedreiro com o salário de uma médica, ou quem sabe o salário de um gari com o salário de uma professora, o salário de um cortador de cana com o salário de uma secretária. Parem de cair no conto de que mulher ganha menos para fazer o mesmo trabalho de um homem. Além de isso não acontecer não é permitido por lei, se uma mulher de fato receber menos para o mesmo cargo que um homem é só ela colocar a empresa na (in)justiça trabalhista que além de receber a diferença sobre o salário ainda deve ganhar estabilidade no trabalho por um bom tempo e mais uma indenização. (GLOBO).

(14) Nunca vi isso acontecendo com pessoas que eu conheço nem nas empresas que trabalhei. Não acredito nessa notícia.. (GLOBO).

De forma geral, o que temos nesses enunciados é o processo de desqualificação da notícia em função de uma linha de argumentos gerais, que acabam por resultar na produção de sentidos de que a diferença salarial entre homens e mulheres não acontece. Ao desqualificar a pesquisa como em (01) (...) *Números tendenciosos*, (04) *Sério Super?*. *Aponte a empresa que tem uma tabela salarial diferente para homens e mulheres?* (07) *No mesmo emprego? Isso é a pior idiotice*, (...) (09) *Além de isso não acontecer não é permitido por lei*, (...) os sujeitos, ao negarem a existência da diferença salarial entre homens e mulheres acabam por questionar a veracidade da própria informação. Não há o interesse discursivo em reconhecer a informação contida nas



publicações que se trata de um comparativo entre funções semelhantes. Na verdade, a linha discursiva escolhida por esse grupo de sujeitos – leitores acaba por trazer a ideia de que essa questão não é levada em consideração como em (09) *Essas pesquisas apelam para o emocional, querem comparar o salário de uma professora com um engenheiro, de uma secretária com um médico... (...)*.

Entretanto, ao negar os resultados da pesquisa e as informações contidas na reportagem os sujeitos acabam trazendo algumas informações que são silenciadas (ORLANDI, 1999). A própria divisão de funções existente em (09) aponta que o mercado reserva posições sujeito diferenciadas para homens e mulheres e que essas posições determinam em algum aspecto uma situação tal que justificaria as diferenças salariais. Por isso o sujeito produz sentidos para homens a partir de profissões como engenheiro, médico e para mulheres em profissões como professora e secretária.

Outra questão discursiva de negação se dá pela aposição da experiência individual em contraposição ao resultado geral da pesquisa. Como se os sujeitos dissessem: se não vejo, não existe. Dessa forma, ao afirmar que não conhece ou não vê casos como os afirmados pelas publicações, os sujeitos negam a própria publicação a partir da experiência individual e tentam trazer discursivamente o debate para o campo da individualidade (04) *Aponte a empresa que tem uma tabela salarial diferente para homens e mulheres(...)*.

O que se percebe aqui então, é a presença de uma linha de negação discursiva aos discursos que apontam para a existência de diferenças salariais entre homens e mulheres ocupando funções semelhantes. Nega-se não só a própria existência dessas diferenças, como também nega-se a fonte das informações a competência e autonomia para divulgar essas informações. Essa negativa se dá apoiada por um discurso conservador, que situa o sujeito mulher em situações economicamente inferiores aos homens (secretárias, professoras em comparativo com engenheiros, médicos) ao mesmo tempo que não reconhece que não há diferenças salariais entre homens ocupando funções semelhantes. Aqui se trata somente de negar a existência da diferença entre homens e mulheres.

Esse posicionamento da mulher como um sujeito de condição inferior ao homem acaba por fazer brotar um discurso outro, historicamente constituído no qual a mulher



deve se colocar como inferior ao homem em todos os aspectos da vida. Essa memória de constituição do sujeito mulher, calcada no discurso machista, produz um sentido de mulher em um espaço discursivo a partir do qual o sujeito homem emerge como dominante em todos aspectos da vida: familiar (ele seria do chefe da família), profissional (o único capaz de ocupar cargos de destaque), etc.

5. 5.3 – ANÁLISE - O FEMINISMO COMO “CAUSA DA DIFERENÇA”

Os que pretendemos analisar serão os discursos acerca dos comentários sobre a notícia da Globo e Superinteressante. Discursos esses que tem como foco O feminismo como “causa da diferença”. Como os sujeitos se pronunciam ao lerem as notícias relacionadas as diferenças de gênero no mercado de trabalho. Para isso, fizemos um recorte dos enunciados a seguir:

(04) Ainda estou aguardando um estudo SÉRIO onde será levado em questão mesmo cargo, mesma carga horária e mesmo tempo de casa, de resto é só falácia do movimento feminista. Beijós... * Depois que contrataram feministas pra redação começaram a pipocar essas matérias falaciosas...tsc tsc tsc (SUPER).

(06) As mulheres e seus asseclas cada dia enchendo mais o saco! Quero que alguma baby feminista me aponte no seu trabalho ou em alguma firma e indústria aonde os homens e mulheres exercendo o mesmo cargo ,as mulheres ganham menos, agora se o ganho estiver atrelado ah produtividade provavelmente os homens ganharão mais.... As mulheres parecem eternas adolescentes, sempre se fazendo de vítimas e reclamando de tudo, mesmo sem razão... Façam igual aos homens, vão ah luta e deixem de xororô... (SUPER).

(10) essa pesquisa está comparando pessoas com mesmo emprego, mesmo cargo, mesma carga horária, mesma escolaridade, mesmo tempo na empresa? só pra saber mesmo. Que em MÉDIA um engenheiro vai ganhar mais do que uma bióloga é obvio ne? Flw (GLOBO).

(11) Acho q alguém tem q parar de ser feminazi e se qualificar mais... (GLOBO).

(12) Nunca vi isso, querem ganhar mais, mas na hora de pegar no pesado não querem, é feminazi vamos chorar menos e se qualificar. (GLOBO).



Como visto nos enunciados acima o que predomina são discursos que apontam para um incômodo discursivo acerca da circulação da informação das diferenças salariais entre homens e mulheres. Em quase todos os enunciados, há um ataque discursivo contra as feministas, ou movimentos feministas. Mas o que nos chama a atenção, é que, nos enunciados (11) e (12) é usado o termo “feminazi”. (11) *Acho q alguém tem q parar de ser feminazi e se qualificar mais...* e (12) (...), *é feminazi vamos chorar menos e se qualificar.*

O feminismo é um movimento social que surgiu no século XIX (aproximadamente), com o intuito de reivindicar a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Já o termo feminazi, segundo o Dicionário Informal, é utilizado pejorativamente como “militante feminista, fanática, com ideais extremistas”, e que lutam pela superioridade do sexo feminino.

Outro fator importante para destacarmos é conforme descrito no enunciado (6) (...) *Façam igual aos homens, vão ah luta e deixem de xororô...*, e no enunciado (12) *Nunca vi isso, querem ganhar mais, mas na hora de pegar no pesado não querem (...).* Aqui percebe-se que o sujeito define a diferença salarial pelo fato de as mulheres não serem iguais aos homens, que os homens sempre fazem o serviço “pesado” e as mulheres o serviço mais “simples”, por isso que, segundo o discurso desses sujeitos é que as mulheres devem pegar no pesado como os homens e irem à luta para conseguirem os direitos que tanto almejam.

No enunciado (6) é mencionado o feminismo, *Quero que alguma baby feminista(...), o questionamento (...)* *me aponte no seu trabalho ou em alguma firma e indústria aonde os homens e mulheres exercendo o mesmo cargo, as mulheres ganham menos, (...)* e a produtividade (...) *agora se o ganho estiver atrelado ah produtividade provavelmente os homens ganharão mais....* Isso é a causa da mulher ganhar menos. A produtividade é a chave principal desse enunciado, pois, a partir do discurso feito pelo sujeito, o homem tem maior produtividade em uma empresa, e provavelmente por causa disso ele ganhará mais.

Entretanto, no enunciado (10) predomina um discurso de inferioridade das profissões, assim descrito: (10) *Que em MÉDIA um engenheiro vai ganhar mais do que*



uma bióloga é obvio ne? Flw. (...) Observemos que “engenheiro” está colocado como masculino e “bióloga” no feminino, e no final do enunciado, o sujeito ainda deixa claro que tem certeza e que não há dúvidas no que ele diz. E ainda, o discurso a respeito da qualificação da mulher, como em (11) *Acho q alguém tem q parar de ser feminazi e se qualificar mais...* e (12) *(...) é feminazi vamos chorar menos e se qualificar*. Ou seja, o que compreendemos, é que o sujeito sobrepõe que a mulher melhor qualificada poderá ganhar mais.

Podemos perceber que, o que consiste aqui, é a presença de uma linha discursiva machista aos discursos que questionam a existência de diferenças salariais entre homens e mulheres quando ocupando funções semelhantes ou iguais. As mulheres são colocadas como um sexo frágil e que diferente dos homens não “pegam no pesado”. E que também, como descrito no enunciado (4) *(...) Depois que contrataram feministas pra redação começaram a pipocar essas matérias falaciosas...tsc tsc tsc.*, julgam as notícias como “matérias falaciosas” devido a influência de feministas que trabalham nesses lugares.

Ao apontar o feminismo como “causa” da existência de diferenças salariais entre homens e mulheres, o sujeito produz um sentido que apontam para a negação do próprio feminismo. Não se trata aqui tão somente de negar o direito do sujeito mulher à equiparação salarial com os homens. O “incomodo” discursivo que emerge não é esse. O que surge é a negação da possibilidade de a mulher deixar um espaço socialmente constituído a partir do discurso machista de submissão e inferioridade. A igualdade salarial afetaria discursivamente o papel de provedor, historicamente dado ao homem. Daí talvez um dos motivos da resistência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta neste trabalho foi a de analisar os discursos que sustentam/ justificam as diferenças salariais e de carreira entre homens e mulheres ocupando o mesmo cargo, tendo como base discursos acerca dos comentários sobre a notícia da Globo e Superinteressante. E com isso podemos perceber que apesar de a mulher ter adquirido muitas conquistas ao longo do tempo, as diferenças salariais ainda existem.



No primeiro capítulo apresentamos uma breve história da mulher, desde a Grécia Antiga, onde vimos que a mulher, segundo Miranda, “Quando solteira vivia sob a dominação do pai ou do irmão mais velho, ao casar-se, o pai transmitia todos os seus direitos ao marido, submetendo a mulher à autoridade deste. A mulher nada mais era do que um objeto.” (MIRANDA, 2010, p. 5). E o seu papel sempre foi denominado pela sociedade como cuidadora do lar e dos filhos.

Foram abordados sobre conquistas que as mulheres tiveram, e uma delas foi o direito ao voto, que antes era vetado as mesmas. Além disso, o direito ao voto só foi possível e consumado às mulheres no ano de 1893, em Nova Zelândia, considerado o primeiro país a autorizar o voto feminino. No Brasil, foi somente com a Constituição de 1934 que o voto feminino se tornou obrigatório.

Outro fator importante que abordamos no primeiro capítulo foi sobre a trajetória da mulher no ingresso ao mercado de trabalho que começou a ganhar força com a chegada da I e II Guerras Mundiais (1914 - 1918, 1939 – 1945). Os homens partiam para a guerra com o intuito de defender seu país deixando esposas e filhos em casa. E para não passarem fome ou necessidades as mulheres ficaram na responsabilidade de dar continuidade aos negócios dos seus maridos, assumindo as suas funções no trabalho. Com o desenvolvimento tecnológico e da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas. Em consequência disso, ao longo dos anos as mulheres foram ganhando espaço em outras áreas diferentes dos já tradicionais espaços que ela ocupava como empregadas domésticas, babás, professoras, comerciantes, secretárias, vendedoras e sem esquecer do trabalho na zona rural que elas também realizavam.

Com as conquistas que as mulheres conquistaram no decorrer dos anos, os cargos de gerencia e direção nas empresas tem se tornado maior em vista de anos anteriores. Além de ter aumentado também o número de mulheres que se tornam chefes de família. Mas apesar disso, percebemos que em alguns lugares e determinadas situações, há uma diferença quando se trata de salários entre homem e mulher.

No segundo capítulo trouxemos um painel teórico da análise do discurso, discutindo sobre seus pontos principais. Um deles foi que a Análise de Discurso (AD), de linha francesa surgiu na década de 60 pelo fundador da Escola Francesa de Análise



de Discurso, Michel Pêcheux. A Análise de Discurso chega ao Brasil no final dos anos 70, introduzida pela professora e pesquisadora Eni de Lourdes Puccineli Orlandi.

Dessa forma, para que entendêssemos melhor sobre a Análise de Discurso e seu funcionamento, foram abordados alguns aspectos da (AD) como: discurso, sujeito, sentido, esquecimentos, condições de produção, paráfrase, polissemia, interdiscurso, formação imaginária, formação discursiva.

No terceiro capítulo apresentamos nossa análise. Esta foi dividida em dois discursos, o primeiro foi “Discurso de negação”, e o segundo “O feminismo como “causa da diferença”.

Portanto, como vimos, as mulheres vêm de uma cultura e sociedade onde só os homens tinham voz e direito. Com o passar dos anos, houve um grande progresso no universo feminino, as mulheres conquistaram muitos direitos, passaram de meras donas de casa, às ocupações de cargos importantes nas empresas, cargos e profissões que antes eram destinadas somente aos homens. Todavia, mesmo com a invasão das mulheres no mercado de trabalho, a discriminação entre os sexos ainda persiste. Como pudemos perceber no decorrer desse trabalho, não se trata somente de dizer que a diferença salarial entre homem e mulher existem, mas de saber e entender que isso acontece por inúmeras justificativas e fatores que os sujeitos enunciam e impõe acerca/ sobre da/à mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DICIONÁRIO INFORMAL. Definição de feminazi. Disponível em

< <http://www.dicionarioinformal.com.br/feminazi/>. > Acesso em 24 de julho de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (PME). **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e repostas**. 2012. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf. > Acesso em 10 de julho de 2017.

JUSBRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto-lei 5452/43 | Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943**. Disponível em:



<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidacao-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43>. > Acesso em 10 de julho de 2017.

MIRANDA, Maria Bernadete. **Homens e Mulheres – A Isonomia Conquistada**. Revista Virtual Direito Brasil – Volume 4 – nº 2 – 2010. Disponível em <<http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revistav42/artigos/Cnpq20102.pdf>. > Acesso em 10 de julho de 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12º ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4º ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4º ed. Pontes Editores, Campinas, SP, 2012.

OST, Stelamaris. Mulher e mercado de trabalho. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 64, maio de 2009. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6088>. Acesso em 20 de maio de 2016.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil**. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>. > Acesso em 15 de julho de 2017.

OGLOBO. **Diferença salarial entre homens e mulheres ainda persiste**. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/economia/diferenca-salarial-entre-homens-mulheres-ainda-persiste-18832252>. > Acesso em 20 de julho de 2017.

RODRIGUES, Marlon Leal (org.). **Linguagem, identidade, gênero história**. Rio de Janeiro: Litteris ED. Quártica Premium, 2011.

SUPERINTERESSANTE. **O que significa, na prática, a diferença salarial entre homens e mulheres**. Disponível em < <http://super.abril.com.br/comportamento/o-que-significa-na-pratica-a-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres/>. > Acesso em 20 de julho de 2017.

TOSI, Marcela. **A conquista do direito ao voto feminino**. Disponível em < <http://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. > Acesso em 10 de julho de 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – O TRIBUNAL DA DEMOCRACIA. **Semana da Mulher: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano**. Disponível em < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias->



EDIÇÃO Nº 25 – 1º SEMESTRE DE 2018

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/05/2018

ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2018

tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano. > Acesso em 10 de julho de 2017.

VALADÃO, Ana Paula. **Bíblia Mulheres diante do Trono**. São Paulo: Mundo Cristão, 2014.

VRISIMTZ, N. **Amor, sexo e casamento na Grécia Antiga**. Trad. Luiz A. M. Cabral. São Paulo, SP, Odysseus Editora: 2002.

ZERO HORA. **Bolsonaro diz que não teme processos e faz nova ofensa: "Não merece ser estuprada porque é muito feia"**. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/12/bolsonaro-diz-que-nao-teme-processos-e-faz-nova-ofensa-nao-merece-ser-estuprada-porque-e-muito-feia-4660531.html>> Acesso em 15 de julho de 2017.